

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	-----------

2

AUTONOMIA PRIVADA NO ÂMBITO DO DIREITO CIVIL CLÁSSICO	21
2.1 Conceito e características da autonomia privada.....	21
2.2 Distinção necessária entre autonomia privada e autonomia da vontade	27
2.3 A autonomia da vontade no Estado Liberal.....	31

3

TRADICIONAL SUMMA DIVISIO, A AUTONOMIA PRIVADA E A FAMÍLIA ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	41
3.1 A tradicional <i>summa divisio</i>	41
3.2 Breves considerações sobre o movimento de codificação e o panorama do Código Civil de 1916, a autonomia privada e a <i>summa divisio</i>	49

3.3	A família no Código Civil de 1916.....	66
3.4	A autonomia privada e a <i>summa divisio</i> no Estado Social de direito	78
3.5	A perda do monopólio do Código Civil de 1916 e o perfil da família após o início de sua vigência.....	87

4

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E A REDEFINIÇÃO DA AUTONOMIA PRIVADA E DA SUMMA DIVISIO		97
4.1	O Estado Democrático de Direito como consagrador dos direitos fundamentais do indivíduo.....	97
4.2	A aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas (horizontalização dos direitos fundamentais).....	106
4.3	O fenômeno da constitucionalização do direito civil brasileiro.....	112
4.4	A redefinição da autonomia privada e da <i>summa divisio</i> ..	117

5

NOVO PERFIL DA FAMÍLIA APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DIREITO DE FAMÍLIA MÍNIMO		133
5.1	O novo perfil da família após a Constituição Federal de 1988	133
5.2	A possibilidade de aplicação da autonomia privada no âmbito do direito de família contemporâneo e a lógica da mínima intervenção	149
5.3	A consagração do direito de família mínimo na ordem jurídica brasileira e seus critérios de aplicação na prática jurídica	161

6

APLICAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA MÍNIMO À PRÁTICA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA.....	187
6.1 Pluralismo das entidades familiares e a liberdade de constituir família.....	187
6.2 Contrato de namoro.....	203
6.3 Cláusulas existenciais no pacto antenupcial e no contrato de convivência	208
6.4 Possibilidade de pactuação de regimes de bens atípicos ou mistos.....	222
6.5 Efeitos retroativos patrimoniais em contrato e escritura de união estável	228
6.6 Abdicação da participação na herança do parceiro afetivo.....	231
6.7 Pactos pós-nupciais e pós-convivenciais	239
6.8 Mutabilidade do regime de bens no casamento e na união estável	242
6.9 Mediação no direito de família	246
6.10 Negócios jurídicos processuais em ações de família.....	252
6.11 Autocuratela.....	261
6.12 Superação da limitação etária como causa de aplicação da separação obrigatória de bens	265
REFERÊNCIAS.....	271